



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

ATA - PRE/DG/ASSESD

ATA DE REUNIÃO Nº 03/2023

1. Identificação da Reunião

Data	Horário		Local	Coordenador da reunião
11/07/2023	Início: 16h00m	Término: 18h00m	On line	Raimundo Vieira

2. Pauta

- 1) Definição de local para a infraestrutura do fechamento do cadastro eleitoral e das Eleições (apuração, núcleo, seções eleitorais, auditoria, imprensa)
- 2) Segurança para os cartórios eleitorais nos plantões obrigatórios.
- 3) Compra de pen drives novos para transmissão remota.
- 4) Treinamento de AAOPs nas zonas eleitorais do interior.
- 5) Contratação de “transporte de servidores” somente para Salvador, Vitória da Conquista e Feira de Santana.
- 6) Ampliação do contrato de transporte de urna, aumentando o número de zonas eleitorais participantes.
- 7) Infraestrutura de final de alistamento para as maiores zonas eleitorais do estado (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna).
- 8) Definição quanto à aquisição de celular em comodato para distribuição às zonas eleitorais do interior (aparelhos antigos, apresentando problemas).
- 9) Papel higiênico e água mineral para mesários – definir se a compra entrará no Plancont de Eleição.
- 10) Coordenadores de acessibilidade – substituição de camisas dos coordenadores por um posto de acessibilidade com banner e crachá para o atendente nos locais grandes. Nos locais pequenos somente o crachá com cor para o coordenador.
- 11) Inclusão das zonas eleitorais de Feira Santana na contratação de eletricista realizada pelo Tribunal.
- 12) Informes do PLANEL

a) **Deliberações:**

1) Definição de local para a infraestrutura do fechamento do cadastro eleitoral e das Eleições (apuração, núcleo, seções eleitorais, auditoria, imprensa)

Raimundo iniciou a reunião. Disse que ia falar sobre assunto relacionado ao item 1 e depois teria que se retirar por motivo de saúde. Disse que a probabilidade maior é fazermos as eleições 2024 com o edifício

sede ainda em reforma. A solução a seu ver seria os cartórios continuarem a funcionar no Anexo 1 (adiar a reforma desse anexo) e procurar um outro local cedido ou locado para a infraestrutura da eleição e para a votação paralela. No caso da auditoria sem identificação biométrica, sugeriu que seja em local de votação. César (10 ZE) sugeriu que seja requisitado o Centro de Convenções de Salvador. Raimundo pontuou que é privado, mas César acredita que ainda assim poderia ser requisitado para a apuração. Raimundo disse que pode ser feita tentativa nesse sentido. Em seguida, Raimundo pediu licença para se retirar da reunião. Thaís (SGPRE): cumprimentou a todos. Víctor (SPL): a infraestrutura que estamos discutindo envolve vários pontos, como as seções, Núcleo, Auditoria, espaço para imprensa e Juízes membros. Ana Maria: se a reforma for adiada, é preciso definir os locais para o fechamento do cadastro. Moisés esclareceu que a estrutura do TRE será suficiente. Lise: o acesso às ZE's para a eleição ficará tumultuado, se permanecer no Anexo 1; A logística de acesso terá que ser revista, pois hoje há um único acesso. Moisés disse que não haverá um único acesso. Segundo ele, a proposta é que a lateral do Anexo 2, a garagem coberta e a entrada da CAP também sejam liberados. Max: o estacionamento interno não deverá estar liberado no final do cadastro, mas na eleição sim. A arquitetura encontrará soluções para funcionar satisfatoriamente na eleição. Tiago Mimoso: o tempo de atendimento dos eleitores com a nova versão do ELO aumentou significativamente. É preciso ver outros pontos de atendimento na capital, pois as filas serão mais lentas. Graça (ZE 1): o estacionamento coberto era utilizado. Sem ele, ficará mais complicado. Víctor: a utilização do Anexo 1 seria um “coringa”, com o adiamento da reforma, caso não seja encontrada uma melhor alternativa. Ninguém se opôs.

2) Segurança para os cartórios eleitorais nos plantões obrigatórios.

Tiago Mimoso: a maioria das zonas funciona até as 14h, mas no plantão do final do alistamento funciona até as 19h. Isso é preocupante, pois algumas funcionam em locais perigosos. Víctor: é preciso conversar mais detalhadamente com a ASEGU sobre isso. Moisés: a ASEGU está analisando as condições da contratação. Víctor: como ainda é uma questão de informes, não há o que deliberar sobre isso agora. Não houve oposição.

3) Compra de pen drives novos para transmissão remota.

Moisés: a contratação já foi deflagrada por registro de preços. Provavelmente até setembro a ata deverá estar assinada. Se for preciso substituir todos os pen drives, isso será feito. Acredita que a definição do quantitativo só em 2024. Víctor discordou, entendendo que pode ser feito o levantamento pela STI no último trimestre do ano. Moisés disse que o problema seria ver o que é inservível. Ana Maria: a intenção é comprar quase que a totalidade dos pen drives, mas isso pode ser ajustado até o final do ano. Moisés: haverá o dinheiro e a contratação estará finalizada até setembro. Thaís: o ano passado houve problemas nas contratações e se pergunta por que não pode ser adiantado isso e comprado logo, mas Moisés esclareceu que o orçamento de pleitos só é liberado em janeiro. Disse que em agosto o edital deverá ser publicado em agosto e a ata de registro de preços ficará pronta em setembro. Lise: concordou com Thaís e disse que a compra deve ser feita em janeiro. Moisés: a contratação ficará finalizada quase um ano antes. Se a SOF conseguir dinheiro para a compra neste ano, isso será feito. Andréa Machado: o orçamento de pleitos na verdade só será liberado em fevereiro. Víctor: no primeiro momento possível, deverá ser adquirido, na quase totalidade como disse Ana Maria. Todos concordaram.

4) Treinamento de AAOPs nas zonas eleitorais do interior.

Víctor: como a capital já se posicionou que o treinamento dos AAOPs foi satisfatório, passou a palavra para que a CESI se manifestasse acerca do interior. Tiago: o material de treinamento precisa ser atualizado e com mais simulações. Max: pediu que Lise confirmasse que foi a contento o treinamento. César pediu a palavra para discordar. Lise: disse que os técnicos eram pouco qualificados, mas não por causa do treinamento. Max: os chefes de cartório receberam um material e repassavam os treinamentos. Além da remuneração baixa, os critérios de seleção contribuíram para isso (indicação por amizade). Víctor: pediu que Flávio Dias se manifestasse a respeito de melhorar a qualidade do material. Flávio Dias: conversou com Cavalcante sobre isso e ele falou que isso foi ponto de discussão em reunião temática. Flávio acredita que deveria ter uma nova reunião setorial com as áreas competentes para ver pontos de melhorias.

Víctor: é melhor ter uma reunião setorial antes de submeter o assunto ao Comitê. César: para os chefes de cartório treinarem os AAOPs em época de registro de candidatura será complicado. Tiago: é preciso buscar recursos audiovisuais para auxiliar no treinamento. Hercília: nas ZEs há servidores que nunca fizeram eleição e isso tem que ser visto. Tiago: Cavalcante disse que nesses casos os chefes seriam convocados para treinamento presencial. Thaís: precisamos incorporar cada vez mais a ideia de uma gestão colaborativa. Poderíamos aproveitar este momento (ano anterior à eleição) para uma setorial entre a STI e as comissões de chefes de cartório para construir esse treinamento de forma conjunta, sabendo que o Tribunal e os diversos setores podem ajudar. Ana Maria: concordou com Thaís e Hercília. Thaís: sugeriu que os chefes de cartório que têm mais experiência gravem vídeos sobre isso. Ana Maria: pediu que Hercília e as Comissões das ZEs indiquem servidores para treinarem. Tiago: sugeriu que seja criado um grupo de trabalho sobre o treinamento. Decisão: todos concordaram que seja criado o grupo com essa finalidade.

5) Contratação de “transporte de servidores” somente para Salvador, Vitória da Conquista e Feira de Santana.

Victor: Informou a necessidade de contratação na modalidade “transporte de servidores” em substituição ao Taxigov, diante dos problemas apresentados nas eleições de 2022, após a apresentação da forma como será a contratação, todos concordaram com a forma apresentada.

6) Ampliação do contrato de transporte de urna, aumentando o número de zonas eleitorais participantes.

Víctor: temos contratos de transporte de urnas por polos. Muitos aderem e outros não. A SOF tem sinalizado para adoção de novo modelo. A ideia é que todas as ZEs do Polo participem do contrato e que seja acrescentados os Polos de Jequié, Cruz das Almas e Alagoinhas nessa contratação. Andréa Machado: parece que não vai haver mais taxigov. Ana Maria: realmente não é taxigov e sim “transporte de servidores”. Raul pediu que seja feito só nos 3 municípios maiores para no futuro expandir. Deliberação: Aprovada a proposta de Víctor acima.

7) Infraestrutura de final de alistamento para as maiores zonas eleitorais do estado (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna).

Ana Maria: Tiago fez um SEI que está tramitando a respeito desse assunto. É preciso ver se ainda pode ser incluído no orçamento. Andréa Machado: a princípio, para incluir algo no orçamento é preciso abrir mão de algo. Max: talvez não haja “braço” para suportar isso. Tiago: sempre a justificativa é que não tem orçamento para atender isso. É preciso pensar que as unidades do interior também precisam. Max: as Zonas maiores precisam desse olhar, mas fica o registro de que é uma dificuldade nova que tem todo um enredo nesse sentido. Tiago: se não for possível para 2024 que haja previsão para 2026. Andréa Machado: os cartórios precisam pontuar no momento certo. Decisão: Victor: Diante das ponderações foi deliberado que no ciclo atual serão envidados esforços para atender a solicitação e, não sendo possível, já fica registrado a necessidade de se trabalhar o assunto para o próximo pleito com a necessidade necessária.

8) Definição quanto à aquisição de celular em comodato para distribuição às zonas eleitorais do interior (aparelhos antigos, apresentando problemas).

Comodato de aparelhos para Zonas do interior: Moisés: comodato é contrato de empréstimo a título gratuito e, assim, não há possibilidade dessa contratação, pois não haveria interesse pelo mercado. O ideal seria um aditivo prevendo a contratação para a eleição. Na contratação não foi previsto fornecimento de aparelho por comodato. Se for para fornecimento de aparelho, teria que haver uma nova contratação. Max: acredita que as empresas não tem interesse nesse fornecimento, pois em consulta anterior não houve esse interesse. Moisés: então a solução seria ou uma contratação para aquisição ou doação. Dani: no final das contas teremos que comprar os aparelhos, embora quebrem e fiquem obsoletos. É preciso que a unidade faça esse estudo. Venícios Belo: se o TRE pudesse alugar ou reembolsar do servidor que queira utilizar seu próprio aparelho, acrescentando um chip, seria melhor a seu ver. Thaís: acredita que não seja viável

essa solução, no que Moisés concordou. Para ela, antes de partir para uma compra, é possível que o Presidente solicite novamente na Receita Federal. Tiago: é fato que os servidores usam seus próprios celulares, mas no período da eleição há uma demanda por aparelhos do TRE. Vítor: sugeri que a SGPRE faça uma consulta ao Presidente sobre a solicitação junto à Receita e que sejam feitos novos estudos sobre a contratação. Moisés esclareceu que já há contrato de manutenção. Decisão: será checado com o Presidente sobre novas tratativas junto a Receita e, não sendo viável, partir para a contratação.

9) Papel higiênico e água mineral para mesários – definir se a compra entrará no Plancont de Eleição.

Vítor: no período das eleições houve muita reclamação sobre a falta desse material. Ana Maria: é preciso deliberar se isso vai ser incluído no Plancont, pois foi previsto no orçamento. A seu ver, também é preciso ver se vai impactar nas metas do CNJ sobre consumo de água mineral. Thaís: é favorável à inclusão no Plancont. Moisés: não é possível esperar até junho para saber se vai comprar ou não. Thaís: acredita que há impacto nas metas do CNJ de consumo de água envasada. Vítor: devemos assegurar o recurso e se a parceria der certo, o recurso será investido para outra finalidade. Moisés: é preciso ter uma certeza. Terá que ser registro de preços, mas a aquisição tem que ser com antecedência. Vítor: as tratativas tem que ser feitas o quanto antes. Andréa: se ficar definido que não haverá a água, o recurso pode ser destinado para outra despesa, a exemplo da infraestrutura do final do alistamento que havia sido sugerida por Tiago. Vítor: a proposta seria de garantia do recurso, sem prejuízo de realização de tratativas internas e externas para que sejam firmadas parcerias. Moisés: vai determinar ao setor competente que dê entrada logo no registro de preços. Lise: acredita que se houver empenho do TRE, não será preciso contratar. Andréa: pode ser misto, o TRE conseguindo parceria e o TRE adquirindo o restante. Lise pontuou que incluir essa previsão no Plancont vai criar um precedente no interior. Vítor: o consumo de água envasada parece que é por cabeça de consumo e é preciso verificar se a contagem vai impactar. Decisão: quanto à proposta de Vítor de garantir o recurso para a hipótese de não ser firmada a parceria para aquisição da água e do papel higiênico, Hercília pontuou da necessidade de ser verificado junto ao setor competente o impacto nas metas do CNJ. Thaís se manifestou pela garantia do recurso quanto ao papel e não para a água. Thaís propôs que se vote agora a garantia do recurso para o papel higiênico e, após os estudos feitos pela unidade competente, se vote quanto à água. Por maioria, aceito. Exceção: Lise.

10) Coordenadores de acessibilidade – substituição de camisas dos coordenadores por um posto de acessibilidade com banner e crachá para o atendente nos locais grandes. Nos locais pequenos somente o crachá com cor para o coordenador.

Lise: as camisas não estão sendo usadas pelos coordenadores. Andréa: essa verba deve ser remanejada. Decisão: todos concordaram.

11) Inclusão das zonas eleitorais de Feira Santana na contratação de eletricitista realizada pelo Tribunal.

Decisão: todos concordaram.

12) Informes do PLANEL

Flávio: no item 1, questionou se para o acompanhamento da transmissão poderiam ser utilizadas as salas que estivessem sem uso no dia do pleito. Vítor: está sendo feito um trabalho com o apoio do estatístico da COPEG sobre zonas críticas, com critérios mais objetivos, sem abrir mão do juízo de discricionariedade da Administração e a participação de outras unidades. O arquivo com os informes foi encaminhado ao grupo do Comitê. Thaís: a reunião foi muito produtiva. Estão todos de parabéns e é preciso haver mais reuniões sobre isso. Nada mais tendo a ser discutido, a reunião foi encerrada.

3. Participantes

Participantes	Lotação	Ramal	E-mail
Flávio Dias	STI	7121	sti@tre-ba.jus.br
Raimundo de Campos Vieira	DG	7030	rcvieira@tre-ba.jus.br
Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima	SJU	7148	mmlima@tre-ba.jus.br
Ana Parcero	COELE	7106	coele@tre-ba.jus.br
Rita Cruz	Seplame	7099	seplame@tre-ba.jus.br
Jurema Arruda	Seplame		
Nara Matos	Seplame		
Víctor Araújo Xavier	SPL	7099	spl@tre-ba.jus.br
Maria do Socorro	SCR	7010	
Maxwell	SGS	7065	sgs@tre-ba.jus.br
Thais Habib	SGPRE		sgpre@tre-ba.jus.br
Marcos Santana	Selog		
Hercília Barros	SJR		sjr@tre-ba.jus.br
Maria das Graças Andrade	1ª ZE		
César	10ª ZE		
Lise	17ª ZE		
Tiago Mimoso	76ª ZE		
Danielly Regina	COGELIC		
Antônio Moisés	SGA		
Raquel Navarro	Gab-SGA		
Andrea Machado	Coorc		
Luciana	SGP		
Glória	SECOF		
Venicius Belo	ASEGU		
Mônica Lima	Selog		
Eduardo Machado	SEACLI		
Leila	SEACLI		
Isabel	SEACLI		



Documento assinado eletronicamente por **Marta Maria Barreiros Gavazza de Brandão Lima, Secretário**, em 13/07/2023, às 12:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Tiago Pereira Mimoso, Presidente da Comissão**, em 13/07/2023, às 13:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria do Socorro Carvalho Cruz Medeiros de Almeida Gouveia, Secretário**, em 13/07/2023, às 13:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 13/07/2023, às 13:41, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Santos de Azevedo, Analista Judiciário**, em 14/07/2023, às 08:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Moisés Almeida Braga, Analista Judiciário**, em 14/07/2023, às 10:37, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hercília Boaventura Barros, Secretário**, em 14/07/2023, às 17:06, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Ramos de Andrade, Chefe de Cartório**, em 17/07/2023, às 12:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Victor Araujo Mesquita Xavier, Secretário**, em 18/07/2023, às 13:29, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nara Pereira de Matos, Analista Judiciário**, em 18/07/2023, às 13:53, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **César Augusto Lyrio Barretto, Chefe de Cartório**, em 19/07/2023, às 16:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jurema Silva de Arruda, Técnico Judiciário**, em 21/07/2023, às 10:17, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flávio de Souza Dias, Secretário Substituto**, em 26/07/2023, às 08:08, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2419532** e o código CRC **5BA8DDF6**.
